

PODERIA A ADMINISTRAÇÃO SER UMA “CIÊNCIA” ESPECÍFICA?¹

Pedro Lincoln C. L. de MATTOS²

“Tudo que podemos fazer na nossa busca de certeza
é esclarecer nossas próprias confusões, e talvez
reduzir a ansiedade do não saber.”

Ludwig Wittgenstein
(*Investigações Filosóficas*)

A estrutura desta fala:

1. Sobre “ser ciência”
2. Sobre como tem sido o “científico” ao longo da história
3. Sobre “ou é ou não é” ciência (unidade da ciência)
4. Que resposta daríamos à pergunta-título?

1 SOBRE “SER CIÊNCIA”

Se não podemos fugir da linguagem, é preciso começar por ela. Se por mais não fosse, seria razão bastante para viabilizar a compreensão do nosso interlocutor. Desde o começo desta fala, vocês estão diante da palavra "ciência" – com aspas ou sem aspas. É o contexto básico do tema. E cada um tem, neste momento, uma ideia interpretativa para “ciência”. Para que não avancemos sobre um *background* desencontrado, é preciso explicitar um entendimento mínimo de referência para “ciência”. Como construí-lo? – Partindo dos usos correntes mais consensuais, uma espécie de “*top of mind*”, o que em geral se tende a pensar quando se ouve “ciência”, ainda que deixando de lado interpretações muito vulgares e fracas do termo.

Consideremos que “ciência” conota imediatamente: um empreendimento coletivo de conhecimento (“a ciência”), de status inquestionavelmente diferenciado; este significado é primeiro relativo às ciências “duras” ou paradigmáticas, um núcleo que incluiria a física, a química, a biologia, as matemáticas e as centenas de especializações e ramificações hoje também consolidadas, da astrofísica, por exemplo, à bioquímica do cérebro. Só na esteira destas

¹ Palestra no 1º Simpósio de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, PPA/UEM, Maringá, 20/11/2015.
Texto revisto e parcialmente editado, sobretudo para a seção 4, em junho de 2020.

² Universidade Federal de Pernambuco.

ciências paradigmáticas é que viriam as ciências sociais. Mesmo assim, tão forte quanto aquele significado há hoje uma “dupla dinâmica” e inseparável, “ciência e tecnologia” (C&T), onde as duas acabam se confundindo em qualquer área de pesquisa aplicada, da medicina às engenharias, das ciências do meio ambiente à robótica.

Contudo, a estes significados de base acrescentamos uma variedade enorme de outros para “ciência” e “científico”. Então a pergunta passa a ser a seguinte: qual é o uso científico de “ciência”? Embora não pareça, essa questão, aparentemente teórica, se reduz a uma questão prática: a quem perguntar? Ou: a que ciência perguntar sobre ciência? E aí é preciso esclarecer de partida: para não imaginarmos cada ciência, a sociologia, a química ou a própria Administração falando de si, do seu ponto de vista, interesse e método, alguém poderia perguntar-se: a filosofia, que não seria propriamente uma ciência, situada, como se pensava, acima das ciências, estaria mais credenciada para responder à nossa pergunta?

Vamos tentar uma posição sobre isso, porque muitos julgamentos de científicidade usam teorias ou critérios de fonte filosófica.

Em conferência proferida em junho de 1981 em congresso da Associação Hegeliana Internacional, Habermas (1989, p. 17-35) analisou magistralmente, referindo-se, inclusive à crítica de Richard Rorty à filosofia (1994), o novo lugar desta após um inevitável abandono da pretensão de Kant de fundamentar a possibilidade do conhecimento empírico pela ciência que se afirmava fortemente no Séc. XVIII. As afirmações kantianas da razão transcendental (ou *a priori*) não podem sair do campo puramente formal, como, por ex., a lógica matemática, e passar a valer para formas de conhecimento históricas específicas. O Século XX não seguiu mais uma Teoria do Conhecimento com pretensões de poder julgar quaisquer formas de cultura e indicar à ciência seu lugar, seus limites e zonas de soberania. A filosofia pode ser uma espécie de guardiã dos espaços da racionalidade, mas não um definidor das condições de conhecimento de outras tradições, sobretudo a ciência. O mesmo ponto de vista, já com maior descrição do que ocorreu no Século XX, Habermas defende depois em *Pensamento Pós-Metafísico* (1990), capítulo 1.

Para se entender por que muitos conceitos aparentemente claros e confirmados sobre ciência ainda circulam nos cursos e manuais de metodologia científica é preciso lembrar fatos hoje pacíficos, que afastarão nosso foco da filosofia e o levarão para uma instância não disciplinar, na busca de resposta à nossa questão (a quem perguntar sobre a científicidade, sobretudo a científicidade de uma disciplina – a Administração, ou qualquer outra). Na tradição erudita da cultura ocidental, com origem helênica – de história muito mais conceitual e de inclinações teóricas do que a das culturas orientais e mesopotâmicas, mais práticas umas, mais místicas outras – “filósofo” era o sábio, o homem de estudo e investigação, qualquer que fosse o interesse desse estudo, da matemática à retórica, da astronomia às artes cênicas. Distinguiam-se apenas os ocultismos (artes ocultas), os saberes terapêuticos e as manufaturas. Mais tarde – e aqui sigo Lindberg (2007) – com a sistematização do conhecimento para sua transmissão, muitos daqueles saberes de natureza predominantemente racional e linguística foram chamados de “filosofia”, e assim se ramificaram, da lógica à filosofia da natureza, da metafísica à cosmologia. Ao crescer a institucionalização da escola, distinguiram-se, após as “primeiras letras” (alfabetização), os estudos propedêuticos (o *Trivium* e o *Quadrivium*). Mas, após estes, o saber erudito entrava em um nível aberto, acessível a quem fosse capaz; diversificado, sem dúvida, mas reservando sempre espaço de mais prestígio social, na linha aristotélica, para os saberes abstratos, teóricos, estes sim liderados pelas questões filosóficas. Tudo se estruturava em disciplinas, quer práticas, como a medicina, o direito e a música, quer discursivas como as

letras. Mas os homens de maior saber tinham que ter também um pé na filosofia que, então, era mais que uma disciplina. Só um outro campo corria por fora disso tudo e a ele, durante os séculos da Idade Média, a filosofia esteve sujeita: o campo da teologia – o estudo racional das verdades da fé revelada. Este foi o panorama na Europa e suas colônias até o Século XIX, até bem próximo a nós. Portanto, na cultura clássica e erudita, de maior prestígio social, a filosofia deteve uma posição “superior”, pois era o espaço das grandes discussões e ideias inovadoras, inclusive para os campos já então completamente novos, como era o caso das ciências empíricas, iniciadas um ou dois séculos antes. Como se sabe, as ideias dos filósofos ditos “empiristas” (Francis Bacon, David Hume, John Locke) estimularam e deram legitimidade social aos grandes cientistas da física e da química nos séculos XVIII e XIX, muitos deles também filósofos como Robert Boyle. Assim se pode entender por que algumas pessoas, ao falar em ciência, procuram reportar-se à filosofia, especialmente à filosofia moderna. O Século XX – e, aliás, já desde o pensamento precursor de Nietzsche no Séc. XIX – dissolveu esta forma de ver as coisas.

Hoje, talvez apenas por motivação política, a de manter uma fundamentação racional para o pensamento conservador, em sua várias vertentes de Edmund Burke (1729-1797) a Roger Scruton (1944-2020), há quem continue a afirmar a ideia iluminista e centenária da epistemologia moderna, qual seja, a de que a razão humana e a ciência, compatíveis com a segurança da fé cristã, capazes de nos garantir a certeza e a verdade da natureza, são o grande esteio que o passado legou. Agarram-se à cultura dominante na Europa do Séc. XIX e primeiras décadas do Séc. XX, ignorando o que aconteceu àquela epistemologia já desde a crítica de Nietzsche a Kant e à limitação radical da ciência (NIETZSCHE, 2000 [1888], p. 45-46); deixam de lado todo o trabalho lógico da Filosofia Analítica (DUMMETT, 1996) - voltarei a isso logo adiante; desprezam o trauma das duas grandes guerras deste século, em parte apoiadas naquela cultura, trauma que despertou a sensibilidade da crítica pós-moderna às certezas da razão. Para a ideologia conservadora, a filosofia teria parado em meados do Séc. XIX, mantendo-se base da ciência.

Assim é que a famosa classificação das ciências de Auguste Comte (1798-1857), filósofo da modernidade positivista, se tornou uma forma canônica de organizar racionalmente as ciências, com base na lógica de seus objetos e métodos, esquecendo o fenômeno histórico. Definem-se racionalmente objeto e método para a Administração, e então não será difícil criar-lhe um lugar entre as ciências.

Contudo, os fatos, desde aquele século, mostraram que as diversas disciplinas se firmaram e aos seus paradigmas de trabalho (método) sem pedir credenciamento à filosofia ou a qualquer outra disciplina. Foi praticamente, ou seja, por seus resultados, pouco importando o que diziam de si teoricamente, que as ciências empíricas modernas se justificaram, seja pela realização de previsões, seja pela eficácia das utilidades práticas desenvolvidas à base daquele conhecimento. As ciências empíricas se mostraram capazes de “lidar com sucesso com o mundo” (CHALMERS, 1999, p. 208, grifo nosso), só isso. E por que isso é importante - volto eu a perguntar? Porque o fundamental para uma disciplina ser dita fazer ciência (ser “científica”) é algo de natureza social, não epistemológica ou metodológica; é um reconhecimento por instituições de referência, as que se dizem também fazendo “ciência”, ou trabalhando para ela ou com os produtos dela. Neste ambiente social, o das disciplinas tratadas como “científicas”, alguém acharia que a física – quaisquer das muitas físicas – precisaria provar para as demais que faz “ciência”? Ou a arqueologia, a paleontologia, a bioquímica, etc., precisariam? – De forma alguma! Já são socialmente reconhecidas. Não se garante que tudo ali merece ser

chamado de científico, mas essas disciplinas já têm as credenciais socialmente tão desejadas. E a economia faz ciência mesmo? Pode já não haver tanta unanimidade, o que, penso eu, já não faz falta aos economistas, amplamente ouvidos e requisitados. E o Serviço Social? Não sei se alguém por lá estaria interessado na pergunta, exceto, talvez, ao pretenderem assento em fóruns como, no Brasil, os conselhos do CNPq e a CAPES. E a Administração? Estamos nós discutindo aqui...

Por que esta pergunta tem sido levantada? Por uma questão de status social de conhecimento - entenda-se - dos praticantes deste tipo de conhecimento em nível avançado (pós-graduação) ou dos aspirantes a ele, uns e outros precisando do status social de "ciência", "científico", para as instituições da área. Não é fácil mudar, em nossa cabeça, do critério epistemológico, mais seletivo e enobrecedor, para o social, mais impreciso e aparentemente mais... trivial! Vou insistir. Os que pesquisam temas nesta área organizam-se em academias e sociedades autodenominadas científicas para assegurar uma qualidade de trabalho, mesmo sem segurança ou unanimidade sobre o que seja esta "qualidade científica". E aí não se fala em normatividade (normatizar o que seria isso). Aprovam algumas teses, alguns trabalhos, rejeitam outros, mas a discussão da científicidade continua e corre à parte. O fato inconteste é que, nas situações concretas e fatos singulares de reconhecer ou não reconhecer aquela qualidade, as coisas se resolvem à base do chamado "consenso intersubjetivo" (ou seja, por acordo entre pares, mesmo sem justificação explícita de um pesquisador para o outro, em uma banca de tese, por exemplo). E tudo bem, é normal que seja assim. De outra forma, ou seja, se aqueles pares invocassem uma científicidade demonstrada por epistemologia própria, estariam incorrendo em contradição constrangedora...

Poderíamos, ainda, resistir em situar a científicidade em um contexto social, questão de simples acordos corporativos, como aqui pleiteio? Não poderia haver uma discussão mais aprofundada de critérios lógicos, chegando a algo objetivamente sustentável, com valor normativo para outras culturas de conhecimento? – Tentou-se isso, sim, mas sem sucesso. Onde? Como? – No âmbito da Filosofia do Conhecimento. Vamos relatar isso resumidamente.

Ainda no Século XIX, mas sobretudo nas primeiras décadas do Século XX e com raízes na lógica formal, onde ficou marcado o nome de Gottlob Frege, desenvolveu-se uma tradição filosófica chamada Filosofia Analítica. A Filosofia Analítica foi uma espécie de linha auxiliar fundamentadora das ciências experimentais clássicas, que já então gozavam de prestígio ímpar. Aí frequentemente os filósofos eram também matemáticos, como Frege, ou físicos. Naquele início de século XX, ela deu ambiente para o empirismo lógico, com centro na Áustria – onde marcou época o famoso Círculo de Viena – e o positivismo lógico, com centro de liderança na França e na Inglaterra.

Depois das primeiras décadas do Século XX, a Filosofia Analítica gerou outra tradição de trabalho, associado à linguística: a Filosofia Analítica da Linguagem, que veio a ter a longevidade e disseminação que, na segunda metade do Século XX, acabou por faltar aos demais ramos da filosofia analítica. O empirismo lógico e o positivismo lógico, mesmo deixando fortes marcas na metodologia de pesquisa que ainda praticamos nas ciências sociais, perderam força ou limitaram-se a certos problemas de pesquisa.

Foi no âmbito do positivismo lógico que tomou corpo uma discussão que gerou grande interesse: qual o critério que permitiria diferenciar a ciência da pseudo-ciência? Era o chamado "problema da demarcação científica". O nome que a história guardou como tendo dado uma resposta mais clara a esta pergunta foi o de Karl Popper (1963). Dentro de sua teoria do método

científico, em que enfrentou o problema secular da fragilidade da lógica indutiva, Popper disse que aquele critério era a refutabilidade pelo teste empírico (p. 37 daquela obra, na 4a edição, de 1986): aquilo que, formulado como hipótese, não tinha como ser propriamente refutado, mostrado falso por teste objetivo, podia até ter valor e utilidade, mas não era ciência. Notem bem: para Popper, não é o poder de explicação de uma teoria que a faz científica. Nesse sentido é que deixava fora do âmbito da ciência a metapsicologia de Freud e a astrologia. As observações astronômicas feitas na cidade de Sobral, Ceará, no eclipse solar total, em 29/05/1919, por uma equipe de cientistas ingleses, ao mostrar objetivamente o desvio da luz em campos gravitacionais intensos, provava a Teoria da Relatividade Geral, de Albert Einstein, sobre a equivalência dos campos gravitacionais iniciais e não iniciais (Princípio da Equivalência), valendo, portanto, para toda gravitação, contradizendo nisso a teoria newtoniana, então consagrada. Isso é ciência, disse Popper, acrescentando que a científicidade é sujeita a graus. Quanto mais refutável, quanto mais passível de verificação empírica precisa, mais científico. A hipótese preditiva que dissesse por que amanhã iria chover às tantas horas e tantos minutos da tarde, isso realmente acontecendo, seria muito mais científica do que outra que tivesse dito apenas por que amanhã iria chover. Toda ciência precisaria criar métodos de verificação, natural ou em laboratório. A concepção popperiana carreava toda a estrutura dos trabalhos científicos para o teste empírico, quantitativo ou não, de hipóteses. Não seria difícil reconhecer nisso a maioria absoluta de nossas pesquisas...

Obviamente, Popper apenas mostrava aí seu positivismo lógico. Contudo, nos 30 anos que se seguiram, a teoria popperiana foi duramente criticada. Já em 1968, Kuhn e outros historiadores da ciência mostraram que seria muito difícil aplicar tal critério a muitos fatos que reconhecidamente levaram a ciência adiante nos últimos séculos. Larry Laudan (1996) elenca os argumentos contra o critério popperiano de demarcação científica, declara o “falecimento do problema da demarcação científica” e acrescenta que “[...] nosso foco deveria estar nas credenciais de evidência empírica ou conceitual, pois o *status* científico do que pretendemos dizer em relação ao mundo é algo irrelevante” (LAUDAN, 1996, p. 222). Esta última sentença merece reflexão!

Conclusão ao item 1. A pergunta: Quem estaria credenciado a responder nossa pergunta sobre “ciência” e “científico”? Merece a resposta: não há instituição alguma de conhecimento, a começar pela filosofia, credenciada a discriminar normativamente às demais o que é e o que não é científico. Também, consequentemente não haverá resposta definitiva. E repito as mesmas palavras de acima: o fundamental para uma disciplina ser dita fazer ciência (ser “científica”) é algo de natureza social, não epistemológica ou metodológica: um reconhecimento por instituições de referência, as que se dizem também fazendo “ciência” ou trabalhando para ela, ou usando os produtos dela.

A teoria institucional, em sociologia, nos ajudaria a entender isso acontecendo, ou não, em cada caso – por exemplo, o caso da Administração – mas não nos ajudaria em nada a distinguir e afirmar conceitualmente (normatização teórica) o que é e o que não é científico. Note-se, enfim, que a imprecisão de identificação normativa do que é científico, ou não – desejável para mentes positivistas – não tem impedido essas tradições de prosseguirem, séculos afora. Mas há uma disciplina, a História das Ciências, ou uma linha de pesquisa dela, que poderia dizer mais alguma coisa sobre o assunto.

2 SOBRE COMO TEM SIDO O “CIENTÍFICO” AO LONGO DA HISTÓRIA

Na verdade, foi o estudo sistemático da história das ciências clássicas, feito intensamente no Século XX, sobretudo até a década de 1970, que mudou tudo. Fez abandonar-se, como sem sustentação, racionalizações filosóficas sobre verdades e certezas científicas, critérios metodológicos e linguagem científica supostamente definitiva. Thomas Kuhn (1961) apenas sistematizou de forma brilhante estudos históricos anteriores – e que prosseguiram – sobre a historicidade cultural dos paradigmas de trabalho das várias tradições, disciplinas e subdisciplinas de pesquisa. Os paradigmas vencedores se transformavam em ciência normal, consolidando seu método, inseparável da teoria, e vêm-se sucedendo pela quase negação de anteriores (as “revoluções científicas”). É importante frisar: a científicidade não está no método – em que pesce o conteúdo da maioria dos nossos manuais de metodologia científica... Kuhn é explícito (p. 22 da tradução portuguesa de 2001): o método é relativo ao paradigma (um mesmo método, usado de perspectivas diferentes, pode gerar conclusões diversas) e os paradigmas vão se sucedendo.

A motivação social das inovações e mudança de paradigmas – poder político, problemas e crises sociais, necessidades econômicas – foi a grande contribuição dos estudos de história da ciência (PORTOCARRERO, 1994). A ciência é algo literalmente histórico e cultural (por ex., a ciência que usamos e tratamos como paradigmática hoje ainda tem a cultura da modernidade iluminista, de três ou quatro séculos atrás, e que agora começa a metamorfosear-se no paradigma tecnológico). Há, enfim, uma dinâmica espetacularmente fecunda nas tradições de ciência, que não é cumulativa nem cresce linearmente. O que era visto como anomalia e repelido sob um paradigma, reaparece depois aceito e dando novo rumo à pesquisa, constituindo novo paradigma.

Então, se tentássemos olhar através de milênios de história ocidental dos saberes socialmente acreditados como “ciência” (que não é um termo da modernidade, mas já usado desde o início da era cristã) encontrariamos alguns traços, elementos característicos comuns, para além de campos de interesse, paradigmas e metodologias. Tem-se pesquisado isso. Entre os diversos traços históricos vamos destacar agora apenas um, talvez o fundamental. Ele aparece na obra antológica de Gaston Bachelard, *A Formação do Espírito Científico*, de 1936).

Bachelard (p. 18, grifos do autor) começa dizendo que o espírito científico se opõe radicalmente ao conhecimento de senso comum. “A opinião pensa mal; não pensa: traduz necessidades em conhecimentos”, diz ele. O homem de milênios atrás observava a natureza e o comportamento humano conduzido por crenças míticas, religiosas ou com o simples uso dos sentidos mal instrumentalizados. Nunca deixou de haver superação disso, ainda que pressões sociais tenham inibido esse “espírito científico” por séculos, como foi o caso da cultura cristã na Idade Média. A oposição ao senso comum ingênuo ou religioso teve quase heróis, de Galileu ou Roger Bacon (um monge) a Nietzsche, já no Século XIX. As práticas científicas chegaram a ser clandestinas e sua caricatura era a de cientistas rebeldes, esquisitões ou reclusos em seus laboratórios.

Ora, hoje, quando a informação científica se tornou parte nuclear dos currículos escolares e invadiu, pelos meios de comunicação, a cultura de quase todas as classes sociais, isso tem nova versão, pois o “senso comum” mudou radicalmente de nível. O produto das disciplinas científicas cresce exponencialmente, mas a informação é selecionada, estruturada e expressa em linguagem por uma nova categoria de profissionais: os jornalistas de ciência (“jornalistas científicos”). Disso, aliás, não se diferenciam muito certos periódicos de management para executivos e consultores. Então hoje o espírito científico deve-se por em relação a esta espécie

de “narrativa jornalística” que procura o cliente de seus sistemas comerciais e permanece fundamentalmente orientada pelo conceito de “notícia” (a informação capaz de atrair a atenção no momento). Note-se que existem modismos e clichês também na literatura acadêmica corrente. Aliás, Bourdieu foi muito feliz em sua análise das relações econômicas no seio das academias, em que o capital é o prestígio e a credibilidade, e muitas vezes apenas se procura um lugar ao sol...

Como poderíamos conceituar este “espírito científico” da tradição? Sugiro dizer: a abordagem criteriosa e a atitude crítica, na observação ou diante das respostas correntes - e até face ao conhecimento já tratado como científico no seio de uma academia. Este último aspecto é, provavelmente o “segredo” da longevidade da ciência. É assim que ela se renova e se supera ao longo do tempo. Pode haver maior evidência de que nada é de certeza definitiva? E, em decorrência, pode haver maior ofensa à ciência do que a atitude autoritária com que alguns orientadores impõem suas crenças a alunos? A crítica – elaborar razões pelas quais “pode não ser assim” – é o emprego de critério racional, não emocional, ainda que o pesquisador cientista tenha uma motivação subjetiva intensa e idealista. Em decorrência da atitude crítica, Bachelard segue com a ideia de problema cuidadosamente formulado (que Popper depois retomará também no âmbito de uma perspectiva evolutiva, quase darwiniana, da ciência) para o qual é preciso criar soluções. Diz ele:

Em primeiro lugar é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente este *sentido do problema* que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído. (BACHELARD, 1996, p. 18, grifo do autor).

Para a científicidade, o método vem depois e apenas reflete a abordagem criteriosa, crítica, a problematização e a criatividade da “solução” (teórica, tecnológica ou prática). O método depende do tipo de problema e a problematização não é gratuita, mas conceitualmente elaborada. O rigor processual é função da criteriosidade, e seria uma lamentável inversão de sentido científico pôr o foco na processualística, no “como fazer”, e começar por aí a formação do jovem pesquisador, pospondo a problematização aberta, o contexto e a habilidade de juntar criativamente as pontas do problema – ele próprio uma opção estratégica. A peça de pesquisa fechada em torno de um teste empírico – até menosprezando o “de que” se trata e o “para que” se trata, em função do “como” se deve tratar – é bom exemplo de uma subcultura que aumenta o “entulho científico” de hoje.

Conclusão ao item 2. As características da ciência têm sido históricas e seguem fatores socioculturais e econômicos. Paradigmas entram em crise e se sucedem. Mas os estudos históricos apontam dois traços constantes, mesmo não normativos: a atitude crítica (criteriosa) sobre as respostas correntes e a criação de novas respostas a partir de uma elaboração do problema. Este é o verdadeiro método, cuja tecnologia processual não pode hoje subverter valores que a história nos legou.

3 SOBRE “OU É OU NÃO É” CIÊNCIA (A UNIDADE DA CIÊNCIA)

Para o tema desta palestra, e a resposta à pergunta-título, há ainda uma questão a mencionar brevemente. Trata-se de uma ampla discussão havida na primeira metade do Século XX,

chamada a tese da unidade da ciência. Como resumi-la? - A ciência é um só corpo cultural-metodológico, admitida toda a sua variedade, decorrente sobretudo do objeto de estudo. Classicamente – e assim está nos manuais – as ciências se classificam e desdobram, conforme o objeto de cada uma, em uma única e enorme árvore, A Ciência, cujas ramificações continuam a expandir-se. Cada ramo é uma disciplina científica. Não há propriamente ciências específicas, já que há basicamente uma só cultura metodológica, mesmo com a dificuldade de defini-la. Há, isso sim, objetos de interesse específicos, e, se estes não são logicamente bem definidos, aquele ramo da ciência acaba não tendo sucesso, desaparecendo algum dia absorvido por outros. Ora, essa visão é racionalmente idealizada, não corresponde à realidade histórica das inúmeras tradições de pesquisa, como se mostrou nos itens anteriores. O ideal filosófico da unidade da(s) ciência(s), é, de fato, originário de Auguste Comte (Século XIX). Como se sabe, é antológica a teoria comteana da evolução do conhecimento humano e sua classificação geral das ciências, colocando, aliás, a física social, depois chamada sociologia, no topo da pirâmide. Funda-se no empirismo - só é válido o conhecimento de base empírica demonstrável, seja por observação seja por verificação - e na lógica matemática do final do Séc. XIX e começo do Séc. XX, liderada por nomes como Gottlob Frege, Giuseppe Peano, Bertrand Russell e Alfred Whitehead. A unidade da ciência significa simplesmente a unidade do método científico, desejavelmente o método empírico das ciências naturais.

Segundo o ideal da unidade da ciência, o avanço de uma disciplina científica beneficiaria todas as demais. A física, contudo, seria, segundo Carnap (1934), a ciência-modelo. Tal modelo foi desenvolvido pelo positivismo lógico e apareceu mais claro na série de fascículos da *International Encyclopedia of Unified Science* (1938 -), editada por Otto Neurath, Rudolf Carnap e Charles Morris, líderes do chamado Círculo de Viena, e que atingiu o número 20, parando alguns anos depois, assim como os periódicos que lhe davam suporte (*Erkenntnis* e *Journal of Unified Science*). A unidade da ciência passou a tema clássico, tratado nos grandes manuais didáticos, mesmo que apenas como registro histórico ou objeto de controvérsias históricas do Século XX (KUIPERS, 2007; COVER; CURD; PINCOCK, 2012). A presença remanescente, na área de administração, do discurso sobre “o método científico” (GREY et alii, 2007), ignorando toda a controvérsia que durante o Séc. XX dissolveu a unidade ideal das práticas de pesquisa ao nível de “hipótese discutível” (PUTNAM, 2012) é, injustificavelmente, conservadora e ilude os que entram naquela área sem uma preparação metodológica mais ampla. Vale a pena ser relido o Capítulo 2, “Contra o Método Universal”, de CHALMERS, 1994.

A crítica recente aos males da disciplinaridade no ensino e na pesquisa das disciplinas científicas volta-se, no fundo, contra o modelo da unidade da ciência, com desdobramento em disciplinas (os ramos da “árvore”) definidas por seus próprios objetos de interesse e que, por isso, tendem a não se encontrar nem cooperar. A raiz da disciplinaridade criticável é essa estruturação da disciplina, ou subdisciplina, por objetos próprios e diferenciados. A ciência é “transdisciplinar” não porque hoje se devessem abolir as disciplinas ou desvalorizar sua busca de identidade, não apenas porque a definição de ciência não cabe mais em nenhuma delas, e não há normatividade sobre isso, mas também porque não há a chamada “unidade da ciência” sob a égide metodológica das ciências duras. A científicidade pervade as disciplinas (o “trans”). Pelas mesmas razões, não há, propriamente falando, “ciência interdisciplinar”, mas diálogo e trabalho interdisciplinar de disciplinas, cada pesquisador com a contribuição e ponto de vista de sua disciplina (OSTRENG, 2010, p. 26).

Conclusões ao item 3. A tese da unidade da ciência é pleito unilateral de uma tradição, de fundo histórico, que, não sem razão, já não encontra eco e consistência para suas bases. Está aberta, mesmo sem pretensões normativas, a fronteira epistemológica de criação de formas de ciência.

4 QUE RESPOSTA DARÍAMOS À PERGUNTA-TÍTULO?

Diante do que se disse até aqui, avançamos para a pergunta-título (*Poderia a Administração ser uma “ciência” específica?*). Então que resposta lhe daríamos? Preliminarmente, o “poderia” significa um “nada impede que”. Sim, por que não? Nada impede, não há por que responder “não”. E, realmente, se, como mostramos há pouco, caiu a tese da unidade da ciência sob a égide do método dedutivo de prova empírica sobre objeto de natureza; se tudo que podemos sustentar da multiplicação das ciências nos últimos três séculos é que são tradições socioculturais de pesquisa historicamente definidas; se as características de trabalho cultivadas por estas tradições não têm fronteiras institucionais normativamente definidas, podendo até existir fora das instituições acadêmicas, então nada impede que se construa sobre a Administração conhecimento típico, específico e de qualidade como naquelas tradições, mesmo que socialmente predomine ainda associar-se o termo “ciência” a instituições formais que o preservam como recurso de poder e de status. Seria sustentável, assim, que Administração pudesse ser, também ela, uma daquelas muitas tradições que buscam merecer a credencial de ciência. Cumpre, porém, advertir: tem-se tentado isso há mais de um século e parece que não estamos muito satisfeitos nem minimamente de acordo sobre o que seja uma “ciência da Administração”³. O divórcio epistemológico e institucional entre academia e mundo profissional só faz crescer e revelar estranheza e desentendimento profundos. Este fato é irredutível e dá um rumo à discussão, levando-nos à conclusão desta fala.

Minha resposta, portanto, à pergunta-título (*Poderia a Administração ser uma “ciência” específica?*) é sim, poderia, da forma como “ciência” está (grafada), mas talvez isso não nos leve muito além do ponto em que estamos, mais de um século depois de pleitear tal condição. Deixando o campo hipotético (“poderia”), devemos - ainda outro sim - continuar tentando a identidade da área, o que lhe poderia até vir a dar reconhecimento claro na chamada comunidade científica. No entanto, sairia daí realmente uma ciência como as demais? – Ouso dizer que não. A Administração nunca será uma ciência convencional. Foi por isso que preferi grafar “ciência” (entre aspas).

Vou argumentar com uma questão, talvez provocativa: para que precisamos que nosso conhecimento sistemático sobre Administração seja considerado “científico”? A julgar pelo que temos hoje, a resposta já ficou patente: para ter a chancela de um status socialmente útil e para pertencer a instituições, sobretudo públicas, que financiam a pesquisa dita científica e acreditam títulos acadêmicos dados em nome da ciência, já que a academia é a instituição guardiã das centenárias tradições científicas. Ótimo! Então precisamos nos submeter às exigências da academia de Administração – inclusive às exigências formais de publicação, que hoje se multiplicam – para termos diplomas, uma forma de acreditação social, e acesso a bolsas e grants

³ Incidentalmente, também não creio que os “Estudos Organizacionais” atendem ao que, de teoria e prática, se construiu até aqui. Cada vez mais, eles se afastam da Administração de organizações e se aproximam de políticas sociais ou algo ainda mal definido entre a Administração, a Sociologia e a Política.

de pesquisa públicos, uma forma de financiamento. Quem pode dispensar isso em um país como o nosso, que valoriza mais o que está no papel, e onde ainda se vive um capitalismo míope? Mas se for mesmo, sobretudo por isso (ser ciência por causa dos diplomas e acesso a financiamento público da pesquisa), a coisa é um tanto decepcionante para carreiras jovens neste campo, para gente bem-dotada, talentosa. A Administração não precisa declarar-se ciência e sair procurando um lugar ao sol no palco das ciências, tentando práticas isomórficas no método de pesquisa e na publicação. Não é por aí que alcançará progressivo reconhecimento social e desenvolvimento de identidade. (O reconhecimento, dentro da academia, por pares, como disciplina científica, poderia até ser um acréscimo posterior.) Tenho dúvidas sobre se o conhecimento válido em Administração precisa mesmo que a sociedade o trate como científico. Pergunto: alguém pode dizer que o alto grau de sucesso do conhecimento de gestão de produtos e serviços, presente em nossas sociedades desenvolvidas, se deve à pesquisa acadêmica em Administração ou em Estudos Organizacionais?

Falando de resultados do conhecimento, não apenas dos efeitos transformadores da crítica e da livre elaboração de ideias, valores inquestionáveis, seria possível tecer um paralelo com outras áreas. De onde vem o reconhecimento da pesquisa nas engenharias e das tecnologias da saúde? De onde, igualmente, no mundo das artes, da arquitetura e mesmo no do jornalismo e no da publicidade, o que dá mais prestígio? - Das obras e do impacto social. Onde se qualificam e se provam ali os profissionais de ponta? - Na capacidade de associação da pesquisa à prática profissional inovadora. Não é nos índices de publicação. Por que não pode acontecer o mesmo com a Administração, uma arte altamente complexa? Hoje todos sabem que pesquisa de qualidade é também feita fora de instituições acadêmicas, em institutos ligados a órgãos públicos, a grandes empresas ou agências de consultoria. As características históricas e transdisciplinares da ciência foram elencadas acima e podem tomar, como já aconteceu no passado, novas formas institucionais.

Imagino a Administração (e não só ela!) como um saber composto indispensavelmente de três polos, algo em que a pesquisa sistemática se faria *com* e *para* um mundo de prática e em que este não se consolida sem ela, e precisará de algo mais como uma "filosofia" - um posicionamento consciente perante o mundo. Isso não existe até hoje no mundo das organizações formais porque não se criou uma linguagem comum que, no caso, não é a técnica nem é a teoria objetivada nem a ética sem referências. Por quê? Porque, na formação da convicção decisória e responsável, nenhuma das três satisfaz sozinha. Precisam compatibilizar-se em nível individual. Ora, este entrelaçamento entre mundos distintos, um objetivo, outro subjetivo, posto como algo essencial à identidade, poderia causar estranheza à ciência institucionalizada hoje, porque rejeita como contrário à independência, por exemplo, qualquer papel subsidiário para a pesquisa acadêmica, supostamente líder do conhecimento na área. Supostamente...

De qualquer forma, a Administração não pode levar adiante esta esquizofrenia institucional, ou, no mínimo, deixar de reconhecer onde ela se situa. Desafio para vocês.

Era isso, obrigado.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1936].

CARNAP, Rudolf. *The Unity of Science*. New York: Kegan Paul, 1934.

CHALMERS, Alan F. *A fabricação da Ciência*. São Paulo: UNESP, 1994.

CHALMERS, Alan F. *O que é ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1999.

COVER, J. A; CURD, M.; PINCOCK, C. (Eds.) *Philosophy of science: the central issues*. 2. ed. New York: Norton, 2012.

DUMMETT, M. *Origins of analytical philosophy*. Cambridge-USA: Harvard University Press, 1996.

GRAY, S. Paul et alii. *The research imagination. An introduction to qualitative and quantitative methods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro, Agir, 1989. p. 17-35.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico. Estudos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001 [1961].

KUIPERS, Theo (ed.). *General Philosophy of Science: Focal Issues*. Oxford/UK: Elsevier, 2007.

LAUDAN, Larry. *Beyond positivism and relativism: theory, method and evidence*. Oxford: Westview Press, 1996.

LINDBERG, David. *The Beginnings of Western Science: the European Scientific Tradition in Philosophical, Religious, and Institutional Context*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

NIETZSCHE, F. *Obras completas*. O nascimento da tragédia (1888). São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os Pensadores).

OSTRENG, Willy. *Science Without Boundaries: Interdisciplinarity in Research, Society, and Politics*. New York: University Press of America, 2010.

POPPER, Karl. *Conjectures and Refutations. The Growth of Scientific Knowledge*. London: Routhledge & Keegan Paul, 1963.

PORTOCARRETO, Vera (Org.). *Filosofia, História e Sociologia das Ciências: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

PUTNAM, Hilary. The Unity of Science. In: CURD, M.; PINCOCK, C. (Eds.) *Philosophy of science: the central issues*. 2. ed. New York: Norton, 2012.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.